

-----ATA Nº UM-----

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO, PARA O SERVIÇO DE GESTÃO ACADÉMICA E APOIO AO ESTUDANTE DO INTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA -----

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas, reuniu o júri do procedimento concursal comum para recrutamento de dois assistentes técnicos para o Serviço de Gestão Académica e Apoio ao Estudante do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, sob a presidência da Mestre Sandra Cristina Pereira Ferreira Neves, Dirigente Intermédia de 2.º Grau do Serviço de Gestão Académica e Apoio ao Estudante do ISEL. Estiveram presentes os vogais, o Professor Doutor José Manuel Peixoto do Nascimento e a Professora Doutora Ana Cristina Gaminha Ribeiro Borges de Azevedo-----

A reunião teve como ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Definição das fases que comportam os métodos de seleção a serem utilizados no presente procedimento concursal comum, bem como a fixação dos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção. -----

Ponto dois: Seleção dos temas a abordar na prova de conhecimentos. -----

Ponto três: Definição dos critérios de desempate. -----

Relativamente ao **ponto um**, uma vez que se trata de um procedimento concursal aberto apenas a candidatos detentores de prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado, o júri estabeleceu que, nos termos da faculdade prevista no n.º 5 do artigo 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), será adotado um único método de seleção obrigatório: a prova de conhecimentos (PC) ou a avaliação curricular (AC), definidos na alínea a) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do art.º 36.º do citado diploma. -----

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 36.º da LTFP, bem como do n.º 1 do artigo 17º, conjugado com o n.º 2 do artigo 18.º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, será ainda adotado o método de seleção facultativo, entrevista de avaliação de competências (EAC). -----

Os métodos de seleção serão aplicados tendo em atenção as características dos candidatos: -----

Os candidatos que não estejam integrados na carreira/categoria do posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento e os que estejam integrados na carreira/categoria, mas se encontrem a executar atribuições, competências ou atividades diferentes das publicitadas terão de realizar os métodos de seleção: prova de conhecimentos e entrevista de avaliação de competências. -----

Os candidatos que sejam titulares da categoria e que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, os métodos de seleção serão a avaliação curricular e a entrevista de avaliação de competências. -----

No entanto, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o método de seleção Avaliação Curricular pode ser afastado pelos candidatos aos quais é aplicável, mediante declaração escrita no requerimento de candidatura, caso em que ficam sujeitos ao método de seleção obrigatório aplicável aos restantes candidatos, a prova de conhecimentos. -----

No que concerne ao método obrigatório definiu, de acordo com o n.º 5 do artigo 17º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, utilizar a seguinte ponderação: -----

- Prova de conhecimentos ou Avaliação curricular – 70% -----

No que diz respeito à entrevista de avaliação de competências, método de seleção facultativo, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, será atribuída uma ponderação de 30% na classificação. -----

Deste modo a classificação final será: -----

• $CF = 0,7*PC + 0,3*EAC$ -----

ou

• $CF = 0,7*AC + 0,3*EAC$ -----

Em que: -----

- PC= Nota obtida no método de seleção “Prova de conhecimentos”; -----

- AC= Nota obtida no método de seleção “Avaliação curricular”; -----

- EPS= Nota obtida no método de seleção “Entrevista de avaliação de competências”. -----

A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento concursal, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. -----

Será considerado excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção ou na classificação final. -----

Cada método de seleção tem por conseguinte carácter eliminatório, e serão igualmente excluídos os candidatos que não compareçam a um método de seleção. -----

A **prova de conhecimentos** visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. Será valorada de 0 a 20 valores e com expressão até às centésimas. O júri definiu que a **prova de conhecimentos** será teórica e escrita, tendo uma duração de 90 (noventa) minutos e versará questões de carácter geral e específico do posto de trabalho. -----

Ficou definido que a prova terá três grupos de questões: -----

Grupo I – Questões de escolha múltipla (18 questões a sortear seis). -----

Grupo II - Questões de desenvolvimento de âmbito específico (três a sortear uma). -----

Grupo III - Questões de desenvolvimento de âmbito geral (três a sortear uma). -----

A prova será elaborada utilizando a seguinte estrutura e distribuição de valores, utilizando uma escala de 0 a 20 valores:

	Caraterísticas das Questões	N.º de Questões	Pontuação de cada questão	Total
Grupo I	Escolha Múltipla	18 a sortear 6	2 valores	12 valores
Grupo II	Questões de desenvolvimento - Âmbito específico	3 a sortear 1	4 valores	4 valores
Grupo III	Questões de desenvolvimento - Âmbito Geral	3 a sortear 1	4 valores	4 valores

O júri definiu que no que diz respeito à **avaliação curricular** serão considerados os seguintes fatores: ----

- Habilitação académica; -----

- Formação profissional, na área posta a concurso; -----

- Experiência profissional na área de atividade do posto de trabalho a preencher; -----

- Avaliação de desempenho nos últimos quatro anos; -----

- Exercício de funções em Instituições de Ensino Superior ou de Investigação. -----

A ponderação dos diferentes fatores deste método de seleção encontra-se refletida no anexo um. -----

A **entrevista de avaliação de competências** visa obter informações sobre os comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função (alínea d) do n.º 1 do art.º 17º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro). O júri deliberou que incidirá nas seguintes dimensões, todas com a mesma ponderação: -----

- Realização e orientação para resultados; -----
- Organização e método de trabalho; -----
- Adaptação e melhoria contínua; -----
- Inovação e qualidade. -----

Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a avaliar. -----

Em relação ao **ponto dois**, da presente ata o júri deliberou, por unanimidade, que os conteúdos a abordar na prova de conhecimentos serão os seguintes: -----

1. Enquadramento Geral: -----

- a) Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior; -----
- b) Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa; -----
- c) Estatutos do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa; -----
- d) Código do Procedimento Administrativo; -----
- e) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; -----
- f) Regulamento Orgânico dos Serviços do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. -----

2. Enquadramento Específico:

- a) Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior; -----
- b) Regulamento Geral dos Ciclos de Estudos Conducentes ao Grau de Licenciado do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa; -----
- c) Regulamento Geral dos Ciclos de Estudos Conducentes ao Grau de Mestre dos Instituto Superior de Engenharia de Lisboa; -----
- d) Regulamento dos concursos especiais de acesso e ingresso ao ensino superior do IPL; -----
- e) Regulamento das Provas de Ingresso Específicas que Visam Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Ciclos de Estudo de Licenciatura do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa por Titulares de Diploma de Técnico Superior Profissional; -----
- f) Regulamento das Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Ciclos de Estudos de Licenciatura do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa por Candidatos Maiores de 23 Anos; -----
- g) Regulamento das Provas de Ingresso Específicas que Visam Avaliar a Capacidade para a Frequência dos Ciclos de Estudo de Licenciatura do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa por Titulares de Diploma de Especialização Tecnológica; -----
- h) Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificações nacionais; -----
- i) Regulamento dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso no Ensino Superior
- j) Regulamento dos Regimes de Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso do ISEL; -----
- h) Estatuto do estudante internacional; -----
- i) Regulamento Pedagógico e de Avaliação de Conhecimentos do ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. -----

A legislação necessária à preparação dos temas será a seguinte: -----

1. Enquadramento Geral na sua redação atual: -----

- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES); -----
- Despacho normativo n.º 20/2009, de 21 de maio (Estatutos do IPL); -----
- Despacho n.º 5452/2021, de 31 de maio– (Estatutos do ISEL); -----
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA); -----

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP). -----
- Despacho n.º 323/2022, de 10 de janeiro. -----

2. Enquadramento Específico na sua redação atual: -----

- Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto; -----
- Despacho n.º 7752/2023, de 26 de julho; -----
- Despacho n.º 7751/2023, de 26 de julho; -----
- Despacho n.º 9297/2020, de 29 de setembro; -----
- Despacho n.º 6429/2016, de 16 de maio; -----
- Despacho n.º 6428/2016, de 16 de maio; -----
- Despacho n.º 6427/2016, de 16 de maio; -----
- Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio; -----
- Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho; -----
- Despacho n.º 6735/2016, de 20 de maio; -----
- Portaria n.º 181-D/2015, de 19 de junho; -----
- Decreto-Lei n.º 62/2018, de 06 de agosto; -----
- Despacho n.º 8077/2023, de 7 de agosto. -----

Quanto ao ponto três, definição dos critérios de desempate, deliberou o júri, por unanimidade, que em caso de igualdade de classificação final, serão adotados, os critérios definidos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, e subsistindo o empate, os critérios de desempate indicados infra, pela ordem de enunciação: -----

- a) Maior experiência comprovada na área académica; -----
- b) Maior grau académico; -----
- c) Frequência de ensino superior; -----
- d) Maior média final no 12º ano ou em curso que lhe seja equiparado. -----

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às catorze horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros do júri. -----

O Presidente do Júri:

Mestre Sandra Cristina Pereira Ferreira Neves

O 1.º Vogal Efetivo:

Professor Doutor José Manuel Peixoto do Nascimento

O 2.º Vogal Efetivo:

Professora Doutora Ana Cristina Gaminha Ribeiro Borges de Azevedo

ANEXO UM

Ficha de Registo da Avaliação Curricular

Item	Classificação	Fundamentação
<p>HABILITAÇÕES ACADÉMICAS – 4 pontos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Titular 12º ano ou de curso que lhe seja equiparado, com média entre 10 a 12 valores - 1 ponto • Titular 12º ano, ou de curso que lhe seja equiparado, com média entre 13 a 15 valores - 2 pontos • Titular 12º ano ou de curso que lhe seja equiparado, com média superior a 16 valores - 3 pontos • Habilitações complementares – Mais 1 ponto 		
<p>Formação Profissional, na área posta a concurso – 4 pontos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 271 horas de formação – 4 pontos • De 201 a 270 horas de formação – 3 pontos • De 121 a 200 horas de formação – 2 pontos • De 1 a 120 horas de formação – 1 ponto 		
<p>Experiência Profissional – 4 pontos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exercício de uma atividade profissional na área com 7 e mais anos – 4 pontos. • Exercício de uma atividade profissional na área de 5 a 6 anos – 3 pontos. • Exercício de uma atividade profissional na área de 3 a 4 anos – 2 pontos. • Exercício de uma atividade profissional na área até 2 anos – 1 ponto. 		
<p>Avaliação de Desempenho dos últimos 4 anos - 3 Pontos O resultado será obtido do coeficiente entre a classificação obtida em 4 anos / 4</p> <p>Excelência – 3 pontos Relevante – 2 pontos Adequado – 1 ponto Inadequado – 0 ponto</p> <p>No caso de não ter avaliação de desempenho é atribuído 1 ponto/ano</p>		
<p>Exercício de funções em Instituições de Ensino Superior ou de Investigação – 5 Pontos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 8 anos – 5 pontos • De 6 a 8 anos – 4 pontos • De 4 a 6 anos – 3 pontos • De 1 a 4 anos – 2 pontos • Menos de 1 ano – 1 ponto 		
Total:		